

ESCOLA: ESPAÇO DE FORMAÇÃO OU DE CONFORMAÇÃO?

Claudia Loureiro

Arquiteta e urbanista, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: loureiro@nlink.com.br; Rua Samuel de Farias, 260/402 – CEP 52060-430, Recife-PE.

RESUMO

Este artigo discute os resultados de uma investigação sobre a edificação escolar em Recife, que serviu de base à elaboração de tese de doutoramento (Loureiro, 2000). O estudo, com o objetivo de investigar as relações entre organização social e organização espacial, toma por base o projeto arquitetônico de 40 edificações escolares que fazem parte do parque escolar estadual. Projetados e construídos em diversas épocas, a partir de meados do século 19, traduzem diferentes objetivos, quer seja do ponto de vista da política educacional de cada época, quer seja do ponto de vista dos conceitos de projeto.

A análise morfológica empreendida se fundamenta em procedimentos metodológicos construídos a partir dos argumentos teóricos que lidam, o primeiro, com a escola como organização social, o segundo, como organização espacial e, o terceiro, com o modelo de regras que estabelece as relações entre as naturezas diversas da escola. Os resultados expostos neste artigo sugerem que, independente de diferenças formais, na construção do espaço pedagógico possibilitado pelo prédio escolar, investe-se mais no contexto instrucional, que no contexto interpessoal. Isto significa dizer que a passagem da idéia para a materialização do espaço escolar, mediada por métodos de projeto, é modulada por um contexto regulador normativo.

Palavras-chave: espaço pedagógico; análise morfológica; projeto de edificações sociais.

1. AS FUNÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA

O tipo arquitetônico ‘escola’ está subordinado às funções sociais que a escola deve desempenhar: atende, desta forma, a uma certa agenda de eventos, que se realiza segundo regras claras, pelas quais atores, agentes, atos e cenários são distribuídos no tempo e no espaço – quem faz o que, com quem, como, onde e quando. Assim, ‘escola’ reúne, por um lado, os atributos sociais necessários a constituir aquilo que a sociedade define como sua função, e, por outro, os atributos espaciais e físicos que dão forma a tais expectativas, numa certa seqüência temporal.

Espera-se que a escola transmita um conjunto de práticas, procedimentos e julgamentos. Assim, como organismo social, a escola tem, para além da transmissão de habilidades específicas, o papel fundamental da formação de caráter do educando, e da representação de um certo status. Estas são funções que, em que pese sua natureza diversa, de forma interrelacionada, definem a instituição como um agente de transformação cultural. Desta forma, como formadora de caráter do educando, a escola está referenciada a uma certa ordem expressiva, segundo Bernstein (1975). Por outro lado, o aprendizado formal, onde a escola transmite ao aluno fatos, procedimentos, práticas e julgamentos necessários à aquisição de habilidades específicas, refere-se, ainda segundo Bernstein, a uma certa *ordem instrumental*, ou seja, tem o foco central nas competências adquiridas pelo educando e que são avaliados de forma objetiva.

Como tipo arquitetônico, devendo dar suporte à realização desta função social, o edifício escolar é visto como ‘primariamente um objeto social’ e, como tal, suporta relações sociais de dois tipos: relações de poder e relações de vínculos (Markus, 1987).

Se a escola suporta relações sociais de poder e de vínculo, como argumenta Markus, a edificação escolar opera de forma direta a relação entre pessoas, portanto. A escola pertenceria, segundo Markus, ao grupo tipológico de edifícios onde pessoas desprovidas de poder são classificadas e submetidas a um controle disciplinar para formação de seu caráter. Havendo falha neste propósito, há a necessidade de re-formação. Se, para a escola, o alvo são as patologias potenciais, nas instituições reformativas, o alvo são as patologias presentes, sendo que cada uma delas gera mecanismos próprios de controle através do espaço (Markus, 1993). A escola seria, desta forma, um instrumento de classificação.

2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL X ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O conceito de classificação utilizado por Markus toma por base as formulações de Bernstein (1975), e refere-se aos princípios que regem a divisão de pessoas (coisas ou conhecimento) em classes e ao limite entre as classes. Assim, a relação entre atributos sociais e atributos espaciais é mediada por um conjunto de regras, que são tanto transpcionais quanto espaciais e que atuam na geração de formas (Hillier & Penn, 1991). As relações entre classes, desta forma, associam-se a uma escala que varia de forte, se os limites entre classes são rígidos e bem definidos, a fraco, do contrário, definindo, desta forma, a extensão do modelo de regras que estrutura tais relações, ou seja, refere-se ao número de regras impostas às relações que a edificação suporta.

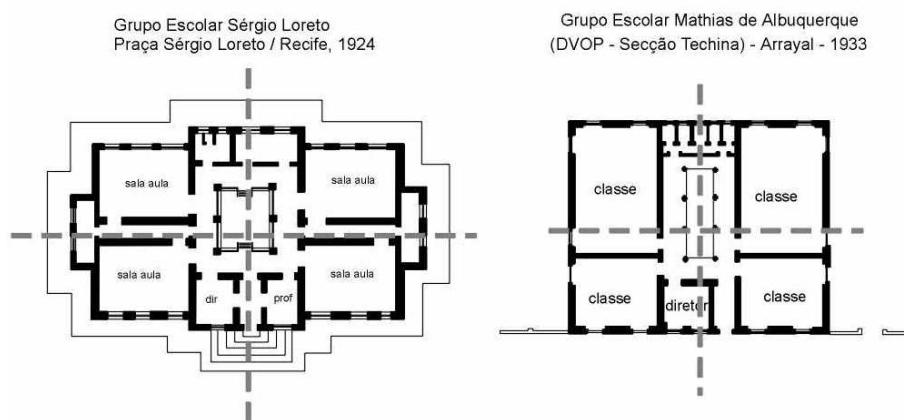


Figura 1. Grupo Escolar Sérgio Loreto, 1924 (e); Grupo Escolar Mathias de Albuquerque, 1933 (d).



Figura 2. Maquete do projeto vencedor do concurso de projeto para o Instituto de Educação de Pernambuco (1957). Arquitetos Marcos Domingues da Silva e Carlos Corrêa Lima

A figura 1 mostra os planos de duas escolas cujos princípios de organização espacial se estruturam em torno de eixos de simetria, atendendo a regras de classificação que tomam por base o sexo do educando, como preconizava o sistema educacional à época. Respondendo a estes preceitos, a edificação se organiza em torno de eixos de simetria, meninos à direita, meninas à esquerda. Um eixo de simetria transversal ainda estabelece uma classificação baseada no status da atividade, ou de seus ocupantes – na frente, o diretor e as atividades de gestão da escola, nos fundos, funcionários e atividades anexas. No século 20, pouco a pouco, a divisão por sexo vai sendo substituída pela divisão por idade, que é expressa formalmente na edificação por meio do isolamento de blocos, ou, verticalmente, em andares. A figura 2 mostra a maquete para o Instituto de Educação de Pernambuco, onde cada bloco corresponde a uma faixa etária.

Do ponto de vista da edificação, três dimensões são fundamentais, segundo Hillier & Penn (1991): 1) o grau em que o espaço é estruturado como um todo; 2) o grau em que significados sociais específicos são atribuídos a cada espaço e, 3) o tipo de configuração usada (Hillier & Penn, 1991). A primeira dimensão resulta num continuum de ‘não-ordem’ para ‘ordem’, a segunda, de ‘não-significado’ a ‘significado’, e, a terceira resulta em diferenças significativas na forma, segundo uma variação de atributos espaciais, expressos em barreiras, permeabilidade e visibilidade como meio de constituir espacialmente categorias.

Assim sendo, padrões de relação social são constituídos pela edificação segundo um código associado a um modelo de regras. No caso da edificação escolar, as características mais gerais do tipo, para cumprir sua função instrumental, podem ser resumidas pelos seguintes aspectos: a) são tipos baseados em regras de classificação referenciado a um modelo de relações extenso, com muitas regras – espaciais e transpaciais; b) ritualístico, dado que refere-se a um padrão relativamente rígido de atos, específicos de uma situação, que constrói um referencial de significados para além dos significados situacionais específicos¹.

Com referência à ordem instrumental, portanto, no projeto da edificação escolar está implícita a idéia de que o prédio escolar desempenha um certo papel em constituir espacialmente o sistema pedagógico. Isto significa dizer que a coerência espacial de grupos funcionais corresponde à coerência com relação à maneira como espaço e tempo se colocam para definir unidades pedagógicas.

Outras funções estão implícitas na edificação, sobre as quais nem sempre há verbalização. Estas dizem respeito ao conjunto de práticas concernentes à ordem expressiva. Por meio destas práticas, o aluno reconhece-se como membro de um grupo e reconhece outros. Estariam pois relacionadas às formas de interação social. Esta função, segundo diversos autores, tem papel primordial na formação do educando. Moore ressalta que a participação dos alunos em atividades do domínio da ordem expressiva, que promovem o desenvolvimento sócio-pessoal, tem se mostrado fundamentais para o desempenho acadêmico (Moore & Lackney, 1994). Para Bernstein, estas formas são relevantes para as maneiras como a criança se socializa. Quatro são os contextos envolvidos na socialização (Hasan, 1973): a) o contexto regulativo – que refere-se às relações de autoridade pelas quais o aluno toma ciência de regras da ordem moral; b) o contexto instrucional – onde o aluno aprende sobre a natureza objetiva de objetos e pessoas e adquire habilidades de vários tipos; c) o contexto imaginativo – onde o aluno é encorajado a experimentar e recriar seu próprio mundo a partir de seus próprios termos e maneiras; d) o contexto interpessoal – onde o aluno toma ciência de estados afetivos, próprio e de outros.

Com relação à ordem expressiva, o projeto da edificação escolar opera no sentido de promover o encontro, base para realizações das relações sociais. Como operar para realizar um tal sistema com dupla função – a de controle de uma certa agenda e a promoção do encontro? Entendida a função do prédio escolar como estruturador das relações sociais, é possível construir a avaliação do desempenho espacial do prédio escolar em torno de três categorias de análise são: a) diferenciação de status; b) mecanismos de controle; c) potencial de geração de encontros.

A avaliação espacial busca, desta forma, identificar conflitos entre intenções e comunicação, correntes ou potenciais, nas atividades cotidianas da escola. Tais categorias são referidas aos princípios de classificação – ou seja, aos princípios que regulam a relação entre categorias, às formas de controle para manter e reproduzir relações particulares entre categorias e às potencialidades que a organização espacial oferece como palco de tais atividades e relações, através da descrição e quantificação objetiva das propriedades espaciais de acessibilidade e visibilidade.

3. O PRÉDIO ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE TRADUÇÃO

O procedimento de análise estabelecido buscou oferecer instrumentos para a descrição das relações entre organização social, expectativas e resultados espaciais. Enquanto estudos mais tradicionais na área do ambiente construído buscam identificar em que medida aspectos técnicos e funcionais atendem necessidades do usuário, a questão deste trabalho foi formulada para identificar, tanto do ponto de vista dos conceitos, quanto dos métodos e resultados arquitetônicos, em que medida, e por que meios,

¹ Para Bernstein (1975), a função simbólica do ritual é relacionar o indivíduo à ordem social através de atos ritualísticos, para aumentar o respeito por aquela ordem, bem como aprofundar a aceitação dos procedimentos usados para manter ordem e limites.

a organização espacial torna-se campo de possibilidades para a realização de expectativas sociais em relação à função. O primeiro passo da análise foi o de considerar o padrão espacial como configuração – relação entre relações, descrita por meio dos padrões de acessibilidade/proximidade e de visibilidade.

Procurou-se, desta forma, ‘deixar a edificação falar’, ou, como expresso por Peponis, em encontro da EDRA em 1998, buscar as questões que a forma construída pode responder (Peponis, 1998). Assim sendo, a pergunta inicial diferiu em natureza e escopo daquela postulada por avaliações de desempenho correntes, que lidam com prescrições de necessidades, não com necessidades reais.

Desta maneira, tendo como foco central lidar com expectativas, a pesquisa foi direcionado, por um lado, para a identificação destas, como uma fonte de informações em si mesma fundamental para o projeto – o que se espera da edificação, que tipo de relações ela deve suportar, de que natureza e como – por outro, para identificar sua realização – que tipo de relações a configuração espacial suporta.

Os resultados obtidos na análise sugerem que a passagem da idéia, que expressa um papel social abstrato, ou expectativas e atribuições que se confere à edificação, para a materialização concreta, é modulada² através de sistemas de tradução. A idéia, que situa-se na ordem expressiva, como definida por Bernstein (1975), traduzida em programa arquitetônico, sofre uma primeira sintonia³, passando para ordem instrumental, por meio de referências normativas e prescritivas do desempenho esperado. Assim, na passagem do enunciado ‘oferecer inúmeras oportunidades de aprendizagem’, para o enunciado normativo ‘conjuntos funcionais e seus relacionamentos’, ocorre um primeiro estágio de modulação, que se realiza por meio de princípios subjacentes de classificação. A figura 3 ilustra este primeiro momento de tradução – a figura mostra um diagrama de relações prescritas, utilizado pela CONESP em seu manual de projeto de edificação escolar (CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo, 1977).

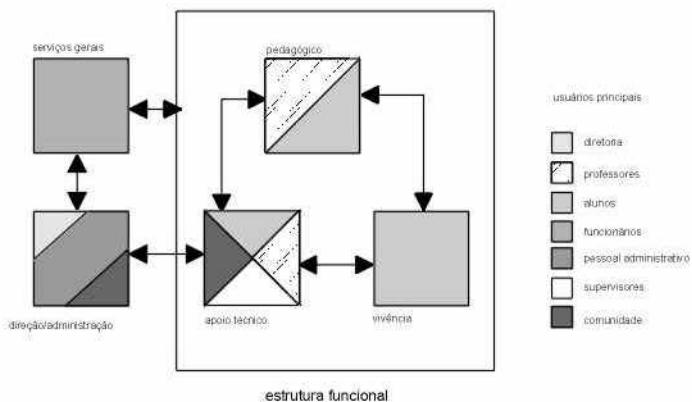


Figura 3. Diagrama da estrutura funcional da escola (fonte: CONESP, 1977)

Esta primeira sintonia aponta para um dos dilemas de projeto, que pode ser traduzido pela passagem de um contexto imaginativo, que estaria implícito no enunciado expressivo, para um contexto regulador, governado por relações de autoridade, implícito na estratégia de projeto mais persistente ao longo do tempo, que é a da setorização. É por meio desta que regras de relacionamento adquirem, primeiramente, dimensão espacial de ordem instrumental.

Uma segunda sintonia ocorre por meio do segundo sistema de tradução – do enunciado verbal do desempenho (o programa), para o desenho do plano e de seus elementos. Ai operam sistemas de correspondência entre função e forma, sendo que diagramas analíticos são traduzidos em sínteses que indicam as precondições para as maneiras como as pessoas irão ocupar a edificação, indicando, portanto, um certo formato para a vida espacial, ou seja, para os sistemas de encontro. A figura 4 ilustra este processo, onde observa-se uma correspondência entre diagrama analítico e o resultado espacial.

² A palavra modulação está aqui sendo utilizada na conotação que ela tem em música de passagem de um modo a outro segundo regras.

³ A palavra sintonia está sendo utilizada no sentido de ajuste.

Assim sendo, o efeito cumulativo da separação, para efeitos de análise do programa e formulação de requisitos, de pessoas, funções e atividades, traduzido numa relação de correspondência de elementos espaciais, conduz a atributos de vida espacial da mesma forma baseados em separação. Algumas estratégias de projeto garantem esta correspondência.

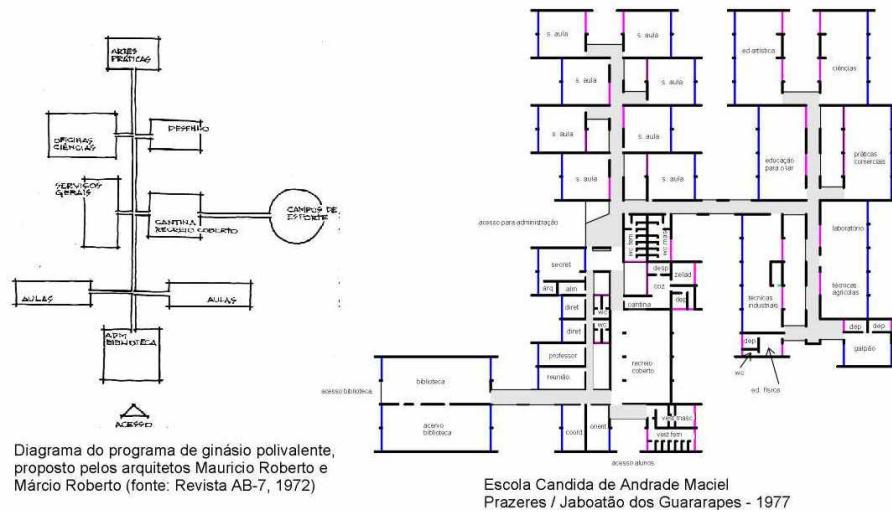


Figura 4. Correspondência entre diagrama e plano.

A primeira refere-se à classificação: categorias transpaciais adquirem força de norma e transformam-se em categorias espaciais. Desta forma, a organização espacial legitima, por meio de barreiras, divisões entre categorias de pessoas – o edifício é um instrumento classificatório em si. A natureza classificatória da divisão em conjuntos funcionais, como meio de análise dos requerimentos da edificação, se transforma em conceito concreto da natureza de relacionamentos; classificação contradiz o enunciado expressivo de oferecer ou ampliar limites da experiência.

Uma segunda estratégia de projeto é adotada, e que, de certa forma, confirma a primeira, que é a separação entre função e movimento; funções classificadas tanto do ponto de vista organizacional, quanto do ponto de vista espacial, são mantidas a parte não por estruturação espacial (forte diferenciação), mas por meio do sistema de espaços expressivos, que engloba tanto corredores, quanto espaços exteriores e áreas de recreação. Este sistema atua para estabelecer diferença entre destinação (função) e movimento (circulação). Desta forma, o sistema de espaços expressivos torna-se lócus para supervisão, mantendo espaços terminais próximos entre si, e não lócus de encontro e relações informais. A figura 5 é ilustrativa – a estrutura espacial das edificações é representada por meio de grafos, onde os setores funcionais (de destinação) estão representados em branco.

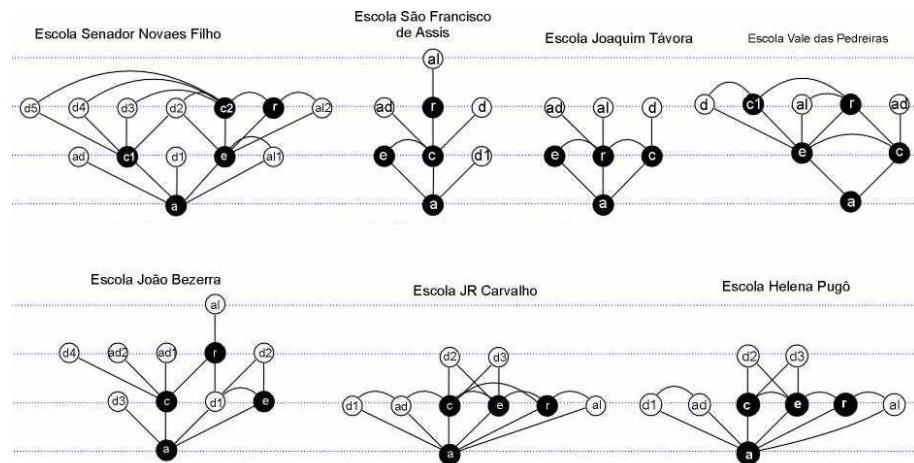


Figura 5. Grafos representando a estrutura espacial.

Estas estratégias resultam em configurações nas quais, independente de diferenças fenotípicas, investe-se mais na realização de um contexto instrucional – onde a criança aprende sobre a natureza objetiva de coisas e pessoas e adquire habilidades de diversos tipos, que no contexto interpessoal – onde a

criança torna-se consciente de estados afetivos – seus próprios e de outros. É verdade que conjuntos de espaços relacionados à atividades expressivas caracterizam-se por integração – maior proximidade de outros espaços e por distributividade – fazem parte do sistema distributivo que dá acesso à edificação, o que aparentemente seria indicativo de um certo investimento na possibilidade da configuração dar suporte à interação entre diversos personagens. No entanto, este núcleo integrador e distributivo tem um papel articulador, mantendo coesão, mas garantindo separação entre setores funcionalmente classificados, retirando movimento de áreas dedicadas à atividades de diversas naturezas instrumentais. Estabelece-se desta forma uma distinção entre rota e destinação.

De fato, nos casos estudados, o arranjo funcional segue um modelo de posições setorizadas conectadas a um sistema distributivo de forma simétrica, numa relação de congruência, um modelo de correspondência funcional-espacial, muito próximo do que Foucault chamou de espaço analítico – pela divisão interna regionalizada, onde cada indivíduo, ou grupo, tem seu lugar apropriado (Foucault, 1995).

4. CONCLUSÃO

O que os resultados da pesquisa mostram é que há uma contradição que não se resolve pelo projeto, que é o hiato entre expectativas e realização – enquanto no primeiro nível, o das expectativas, investe-se na ordem expressiva, investe-se na ordem instrumental como método (caminho para se chegar a um objetivo) para realização desta. Está ai subjacente uma questão conceitual e uma questão de método – entre enunciado e realização – que reside, em última instância, na natureza normativa das teorias de projeto.

Neste sentido pode-se afirmar que o que a configuração espacial da escola revelada pela análise neste trabalho indica é que a escola mais que operar a relação de interação entre diversos tipos de pessoas no sentido formativo, atua sobre três aspectos – classe, controle e encontro, de maneiras diversas. Neste sentido, pode-se pensar que, a escola hoje é limitadora da experiência. Este ponto foi ainda, de certa forma, ressaltado por Guimarães quando afirma que o sucesso da escola tem uma maior dependência na sua eficácia como instituição normalizadora e controladora de comportamentos, que do seu desempenho como instituição que visa o desenvolvimento do aluno em sua aprendizagem (Guimarães, 1988).

Um dos aspectos mais significativos que resultam do estudo é a força normativa da divisão em conjuntos funcionais. Como estratégia de projeto, o conceito de setores funcionais é tão presente em textos prescritivos e descritivos, quanto o é na forma construída, como afirma Amorim com relação à arquitetura doméstica moderna em Recife (Amorim, 1999). O mesmo fenômeno observado anteriormente pelo autor – por ele denominado paradigma dos setores – é também presente na produção do prédio escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, L. *The sector's paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil*, London: 1999. PhD Thesis, The Bartlett School of Graduate Studies da University London.
- Bernstein, B. **Class, code and control: towards a theory of educational transmission, Vol III.** London: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo. **Manual de diretrizes gerais para projetos de construções escolares de 1º grau.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Educação, 1977.
- Foucault, M. **Discipline & punish: the birth of prison.** New York: Vintage Books, 1995.
- Guimarães, A. M. **Vigilância, punição e depredação escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1988.
- Hasan, R. Code, register and social dialect. In: Bernstein, B. (ed.). **Class, codes and control: applied studies towards a sociology of language. Vol. II.** London: Routledge & Kegan Paul, 1973: 253-292.
- Hillier, B. & Penn, A. "Visible colleges: structure and randomness in the place of discovery." *Science in Context* 4, no. 1 (1991): 23-49.

- Loureiro, C. *Classe, controle, encontro: o espaço escolar*, São Paulo: 2000. 322 p., il. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Markus, T. A. "Building as classifying devices." *Environment and Planning B: Planning and Design* 14 (1987): 467 - 484.
- Markus, T. A. **Buildings and power: freedom and control in the origin of modern building types**. London: Routledge, 1993.
- Moore, G. & Lackney, J. **Educational facilities for the twenty-first century: research analysis and design patterns**. Milwaukee/Wisconsin: Center for Architecture and Urban Planning Research, 1994.
- Peponis, J. *Formulating questions that built form can answer*. 1998, comunicação no encontro EDRA, 1998.

